

- XXVII -**BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO GRUPO PARA A PERIFERIA DO CAPITAL****Cyntia Danielle Pinto Gomes**

UEM - cyntiavcg0503@gmail.com

Ana Paula de Souza Santos

UEM – apssantos2@uem.br

Cléber dos Santos Gonçalves

UEM – binho.clebergoncalves@gmail.com

Taissa Vieira Lozano Burci

UEM- taissalozano@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Grupo Banco Mundial é composto por um conjunto de organismos onde o principal é o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). Na sua origem, o Banco exerceu um papel de reconstrutor das economias devastadas pela guerra e de credor para empresas do setor privado. Após a Guerra Fria, o banco reorientou suas políticas na direção dos países de Terceiro Mundo, ao bloco ocidental não comunista, por meio da criação de programas de assistência econômica e de empréstimos crescentes. Notoriamente o que se tentava fazer era o convencimento de um processo natural de globalização que melhoraria a economia e possibilitaria vantagens aos países. No Brasil podemos observar essa influência nitidamente nas políticas neoliberais do atual governo federal, pois os empréstimos realizados criam um laço de troca onde o Banco tem autonomia para influenciar nas tomadas de decisões visando a exploração e a concentração do capital (AZZI, BOCK; SILVA: 2008).

Não é de hoje que o Brasil, país periférico de muitas riquezas, é o foco das organizações internacionais para o investimento e consequentes orientações a respeito da

educação respeitando os interesses da classe dominante. Em linhas gerais, a interferência do Banco Mundial que ocorre também na educação tem como objetivo promover os ajustes de interesse do grande capital internacional (sobretudo o financeiro) em relação ao Estado brasileiro. Esta instituição tem como característica principal o pensamento econômico para ampliar a sua influência e institucionalizar a sua pauta de políticas em âmbito internacional com uma função singular de prestador, formulador de políticas, ator social e veiculador de ideias, apresentando recomendações de sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem, em matéria de desenvolvimento capitalista (PEREIRA, 2010).

Salientamos que, segundo Scaff (2007), não existe uma imposição externa das agências internacionais sobre os estados atendidos; suas agendas foram aceitas por uma imposição interna das elites econômicas e políticas, em troca de financiamento.

Ao relacionarmos o Banco Mundial com a educação brasileira, o que se percebe é que todas as políticas voltadas para esse setor visa uma educação como mercadoria, para atender a demanda de forma geral e simplificada. É por meio da educação que os investimentos acontecem de forma planejada, com juros altíssimos, alinhando o Brasil aos interesses internacionais.

Diante desse contexto esta pesquisa tem como objetivo analisar quais são as recomendações do Banco Mundial para a educação e, de uma maneira mais crítica, captar seu caráter ideológico, explícito ou não em suas propostas.

O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO

Segundo Azzi, Bock e Silva (2008),

“o impacto do Banco Mundial sobre as políticas públicas é imenso. (...) O Banco não somente formula condicionalidades que são verdadeiros programas de reformas das políticas públicas, como também implementa esses programas usando redes de gerenciamento de projetos que funcionam de forma mais ou menos paralela à administração pública oficial do Estado brasileiro. Trata-se da chamada “assistência técnica”. (FARO *apud*, AZZI; BOCK; SILVA: 2008, p. 18)

Todas as ações do Banco são calculadas, organizadas, focadas no que a população aponta como as maiores dificuldades e clama por mudanças. E então o Banco usa a necessidade social como álibi na construção de suas políticas.

Nos primeiros documentos dos organismos internacionais, encontramos as recomendações aos governos para que implementem políticas que lhes permitam negociar as mudanças e resolver, de comum acordo, as diretrizes e as ações da reforma educacional com os diferentes setores da sociedade, tendo como principal alvo o compromisso do setor privado, como explica Krawczyk (2002):

“o destaque está nas políticas e nas leis que regulamentam a participação empresarial e das fundações privadas, estabelecendo-se assim mecanismos de aproximação entre o setor público e o setor privado no âmbito educacional. Neste sentido, o informe vai louvar as leis que, em vários países, estabelecem benefícios tributários pelos quais os contribuintes podem deduzir impostos das doações para o financiamento de projetos educativos” (pág. 45).

Neste contexto, a educação pública é sinônimo de despesa e não de investimento. Os Organismos Internacionais defendem veementemente a privatização da escola pública e justifica sua defesa exemplificando escolas de outros países que nada tem de relação com o Brasil, na estrutura, na formação e valorização de professores, no sistema que, no caso do Brasil, já nem funciona mais.

No entendimento de Fonseca (*apud* ALTMANN: 2002), a educação é tratada pelo Banco como medida compensatória para proteger os pobres e aliviar as possíveis tensões no setor social, o que contempla a intenção do pacote de reformas educativas proposto pelo BIRD, que coloca como primeiro elemento a prioridade depositada na educação básica. Nesse sentido, Torres (2002) destaca

“que a educação passou a ser analisada com critérios próprios do mercado, e a escola é comparada a uma empresa. As propostas do BIRD para a educação são feitas, (...) basicamente por economistas, dentro da lógica e da análise econômica. A relação custo-benefício e a taxa de retorno constituem as categorias centrais, com base nas quais se definem a tarefa educativa, as prioridades de investimento, os rendimentos e a própria qualidade” (TORRES *apud* ALTMANN: 2002, pág. 86).

Esse pacote de reformas educativas proposto pelo BIRD contém: prioridade depositada sobre a educação básica, melhoria da qualidade (e da eficácia) da educação como eixo da reforma educativa, prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa, a descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por

seus resultados, impulso para o setor privado e organismos não-governamentais como agentes ativos no terreno educativo, tanto nas decisões como na implementação, definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica, entre outros tópicos (TORRES *apud* ALTMANN: 2002).

Sendo assim, a educação básica se torna o foco das ações do banco na perspectiva da redução da pobreza, oferecendo novas estratégias para melhoria da qualidade dos serviços prestados na educação pública, definindo assim suas políticas. Nas avaliações, segundo o BIRD, a ênfase deve ser dada às habilidades cognitivas: linguagem, ciências, matemática e, adicionalmente, habilidades na área de comunicação. Tais habilidades são as mesmas com que trabalha o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), por exemplo.

Com efeito, a política internacional que as organizações multilaterais disseminam pelo mundo, tem na sua organização os países mais poderosos do mundo, que não se submetem a tais orientações e recomendações, mas que, por meio de instituições, se apropriam dos países que ainda necessitam de suporte.

CONCLUSÃO

Pudemos observar que a proposta de educação para promover a melhoria do acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas de ensino está direcionada, fundamentalmente para a formação básica e, se constitui em pacotes de medidas formulados para os países em vias de desenvolvimento, abrangendo um amplo conjunto de aspectos. Neste sentido, o Banco Mundial não leva em consideração as singularidades, especificidades ou realidades locais, ou seja, “tudo igual para todo mundo”.

Percebe-se também como o Brasil articula suas políticas influenciado pelas Organizações Internacionais, colocando todo seu foco na educação básica, apresentando caminhos diferentes para uma educação mercadológica, atendendo aos interesses do capital e dos países mais poderosos do mundo. Os documentos deixam claro suas reais intenções e tudo se planifica em um sistema sólido, atendendo os interesses do Banco e do setor privado consequentemente.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educ. e Pesq.**, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

AZZI, D.; BOCK, R.; SILVA, C. C. Banco Mundial em foco: sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a Iniciativa Via Rápida na América Latina. In: HADDAD, S. (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 15-86.

KRAWCZYK, N. A sustentabilidade da reforma educacional em questão: a posição dos organismos internacionais. **Rev. Bras. Educ.** nº.19 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2002. P. 43 a 61.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. **Topoi**, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 260-282.

SCAFF, E. A. S. Cooperação internacional para o planejamento de educação brasileira: aspectos teóricos e históricos. **Rev. Bras. de Est. Pedag.**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 331-344, mai-ago. 2007.